



Del Valle, José. Lengua, Patria Común: La Hispanofonía Y El Nacionalismo Panhispánico. In.: Del Valle, José. **La Lengua, ¿Patria Común?: Ideas E Ideologías Del Español**. Vervuert: Iberoamericana, 2007, P. 32-54.

POLÍTICAS E IDEOLOGIAS NA LÍNGUA ESPANHOLA: O QUE DEFINE A LÍNGUA QUE FALAMOS?

David Batista de Jesus Travassos¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
(david-batista19@hotmail.com.br)

O capítulo aqui resenhado intitula-se “*Lengua, patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico*”, do livro “*La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español*”, de autoria de José del Valle.

Neste capítulo, o autor analisa os discursos que emergem dos espaços institucionais nos quais se desenham e se implementam a promoção da língua espanhola. Valle aponta a existência de uma tensão entre a rejeição explícita da ideologia do *nacionalismo linguístico* e a adoção implícita dos esquemas conceituais dessa mesma ideologia. O autor apresenta como marco dessa tensão a aprovação da Constituição Espanhola em 1978, marcada pela tentativa de definir a Espanha como Estado-nação e, por consequência, de adotar um modelo apropriado para a organização administrativa do Estado. Esse projeto de modernização e construção nacional enfrentou complexos problemas linguísticos, visto que o Estado teve que lidar com o caráter plurilíngue do país na tentativa de estabelecer uma língua nacional. Embora houvesse respaldo na Constituição (art. 3), no sistema dos Estatutos das Autonomias e das respectivas leis de normalização linguística nas comunidades autônomas, as disputas sobre qual língua falar e ensinar persistiram e ainda persistem. O objetivo dessas políticas linguísticas era inverter o cenário no qual as línguas das comunidades estavam sendo substituídas pelo espanhol, no entanto, Valle aponta práticas que vão contra essa perspectiva. Portanto, José del Valle, a fim de sustentar sua tese, nos apresenta as estratégias e/ou argumentos, levantados por aqueles que defendem a unitariedade da língua espanhola, em território nacional e internacional, em detrimento das línguas, em termos geográficos e populacionais, minoritárias das comunidades. Sobre esse capítulo, três pontos serão comentados: *hispanofonía*; *rentabilidade*; e *nacionalismo linguístico*.

O primeiro ponto abordado por Del Valle no capítulo discorre acerca *Hispanofonía*: a língua espanhola como símbolo internacional, ideia de pertencimento comunitário. As instituições imbuídas de poder tentaram estabelecer o espanhol como símbolo internacional sob o rótulo de hispanofonía. Esse

¹ Mestre em Letras Neolatinas: Língua Espanhola, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Letras Português-Espanhol, Faculdades Integradas Campograndenses.



empreendimento foi conduzido através da construção de uma consciência comunitária coletiva, pautada no movimento cultural denominado *hispanismo* ou *hispano-americanismo*. Foi através da ideia de que uma cultura espanhola comum, materializada na língua espanhola existente em ambos os lados do atlântico, que constituía a base de uma entidade política e economicamente operativa, que se construiu a ideia de *hispanofonía*: “uma ideologia linguística [...] um sistema de ideias, ou melhor, de ideologemas, entorno do espanhol historicamente localizado que concebe o idioma de materialização de uma ordem coletiva na qual Espanha desempenha um papel central.”²(VALLE, 2007, p. 37-38), isto é, uma identidade coletiva compartilhada por aqueles que falassem a língua espanhola. Desse modo, o espanhol como símbolo internacional consiste em uma estratégia de união dos países de fala hispânica de modo a compor uma soberania da língua espanhola, como língua e nação de poder. Esse movimento de hispanofonia surge em razão do desafiador projeto de construção nacional a fim de promover a língua espanhola em detrimento dos movimentos nacionalistas das comunidades autônomas e em detrimento da perda das colônias em razão de seus próprios processos de construção nacional.

O segundo ponto abordado por Del Valle é o referente ao Ideologema de Rentabilidade: o espanhol como recurso econômico. De modo a preservar a língua espanhola como uma entidade uniforme em todos os cantos que essa língua foi institucionalizada e promovida (internacionalmente), outro ideologema produzido foi o da *rentabilidadade*. Defende-se o espanhol como recurso econômico, dada a relativa facilidade dos aprendizes para com a língua e pela facilidade de entrada no mercado econômico. Esta última atribuição está intrinsecamente relacionada com à promoção da língua espanhola como ferramenta para alcançar o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a língua, como capital econômico, poderia potencializar os benefícios (claramente financeiros) das empresas privadas. Dada a propriedade “*língua de encontro*” atribuída à língua espanhola nessas políticas linguísticas de promoção, normatização e normalização, houve um crescente processo de apropriação da língua espanhola nos Estados Unidos, ou seja, as políticas relacionadas a população hispânica nesse país teria sido o *lócus* de evidenciação do espanhol como língua de mercado. De acordo com o autor, esse processo estaria relacionado à visão do espanhol como *ativo econômico*.

O terceiro ponto abordado por Del Valle que aqui destacamos é o da “*Ideologia do nacionalismo linguístico*”. *Nacionalismo linguístico* é um dos discursos que articula língua e identidade grupal, definidos pela ideia da existência de uma entidade nacional, com base nos movimentos políticos nacionalistas. Estes se distinguem através de dois parâmetros: o modo concreto de definir a nação (critérios políticos ou éticos, por exemplo) e as funções que sua defesa desempenha (separatismo, expansionismo etc.). Através desta matização, Valle analisa o primeiro parâmetro nos discursos nacionalistas e aponta que alguns

²“una ideología lingüística [...] un sistema de ideas, o mejor, de ideologemas, entorno al español históricamente localizado que concibe el idioma como la materialización de un orden colectivo en el cual España desempeña un papel central.” (VALLE, 2007, p. 37-38). Tradução nossa.



movimentos tendem a dar ênfase no caráter subjetivo da nação, outros preferem afirmar a substância cultural. Posto isso, de acordo com o autor, em algumas versões do *nacionalismo linguístico* tende-se a assumir um determinismo linguístico no qual o desaparecimento da língua supõe o desaparecimento de uma forma de ver o mundo. Em outras versões costumam se tornar elemento representativo da nação. Com isso, o autor evidencia que as nações se definem discursivamente a partir de elementos/aspectos constitutivos, propriedades nacionais, que lhes convenha, segundo as necessidades específicas do contexto político concreto. De modo a mostrar que esse discurso marca uma visão que promove, na Espanha, uma ideologia linguística que desassocia o espanhol como marca identitária para que se converta em língua pan-hispânica, assumindo o caráter expansivo e internacional. Ou seja, uma língua neutra para ser preenchida internacionalmente, desnacionalizada.

Considerando outros autores para construir um diálogo com Del Valle, traz-se aqui, Lagares e Saavedra (2013). Lagares e Saavedra (2013, p. 15) apontam que o conceito de política linguística, apresentada por Calvet e seguida por muitos autores, seria de um “um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão.”. Tais decisões, em alguns casos, consideram apenas o que o fomento/promoção de determinada língua pode retribuir/contribuir economicamente/politicamente.

Tendo em vista o Ponto 2, o referente ao Ideologema de Rentabilidade: o espanhol como recurso econômico, podemos ter como exemplo o caso da língua espanhola, na qual, por consequência do caráter de rentabilidade da gestão das línguas, tais políticas linguísticas acabam contribuindo para o apagamento de vozes (CAVALCANTI, 2013) da sociedade, silenciamento de indivíduos, reprimindo grupos, geralmente marginalizados e que correspondem a uma minoria, isto é, as línguas minoritárias coexistentes à língua nacional, o espanhol. Outro exemplo, em relação à escolha de qual língua ensinar, pensada puramente sob o viés mercadológico é a imposição da língua inglesa no currículo como sendo a única capaz de promover a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social. Nas linhas iniciais do capítulo que trata do ensino de inglês como língua franca a BNCC (2017, p. 241) diz o seguinte:

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias.

Ou seja, primeiro temos, logicamente, a suposta causa da efetiva necessidade de aprender o inglês, dado que vivemos em um “mundo social cada vez mais globalizado e plural” e que “as fronteiras [...] estão cada vez mais difusas e contraditórias”; segundo, por oposição, as outras línguas não promovem o



“engajamento e participação dos alunos em um mundo social”. Essa relação de causa e consequência alude à venda de um produto. Se você não compra o produto x, não poderá ter acesso a esses benefícios específicos. De acordo com BOHN (2000, p. 125)

O poder político e ideológico sendo dominados pelo poder econômico e a cultura subjugada aos condicionamentos da lucratividade das empresas, torna-se difícil definir o ensino de línguas como um bem educacional e cultural, e parece bem mais fácil apresentá-lo como um produto, uma habilidade necessária para a competitividade da globalização.

Bohn (2000) expõe a grave realidade das políticas linguísticas que tendem a estarem dependentes de uma ideologia mercadológica, de uma prática exclusivamente com fins lucrativos. Nesse sentido, tais práticas, que Lagares (2018) chama de “*Gltopolíticas*”, dado que qualquer ação/reflexão sobre a língua é uma forma de intervenção sobre a mesma, estariam relacionadas as *práticasliberalistas*, caracterizada pelo favorecimento “a penetração ou a manutenção da ideologia dominante.” (LAGARES, 2018, p. 35).

Nesse cenário, algumas questões são levantadas: a escolha de quais línguas ensinar e de qual não, seria um problema exclusivamente mercadológico, econômico? A sobrevivência de uma língua depende de quê? Qual a relevância e quais funções sociais estariam ligadas ao espanhol como língua nacional e internacional? A sobrevivência das línguas das comunidades autônomas da Espanha estaria condicionada a quê?

O texto aborda questões de extrema importância, desde uma perspectiva internacional, nacional (Espanha) e particular, tendo em vista a realidade das políticas linguísticas do Brasil. Desse modo, a obra propõe uma desconstrução da defesa do espanhol e outras línguas, sob o viés exclusivamente econômico, ressaltando o caráter legítimo do ensino da língua espanhola e outras línguas, desde uma perspectiva plurilíngue. Dito isso, as contribuições do autor mostram-se de extrema relevância para especialistas e não especialistas da língua.

Referências

BOHN, H. I. **Os aspectos ‘políticos’ de uma política de ensino de línguas e literaturas estrangeiras**. *Linguagem & Ensino*, v. 3, n. 1, 2000, p. 117-138.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**, 2017. Disponível em:https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjCqdDe9_PuAhVDILkGHU9vD24QFjAAegQIAhAD&url=http%3A%2F%2Fbasenacionalcomum.mec.gov.br%2Fimages%2FBNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf&usg=AOvVaw0tFvTa4G7KJx1HfvGPCNyTAcesso em 15/02/2021.



CAVALCANTI, M.C. **Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues.** In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na Modernidade Recente - Festschrift para Antonieta Celani.* São Paulo: Parábola, 2013, p. 211-226.

LAGARES, X. C. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2018.

SAAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. **Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil.** Gragoatá. Publicação dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n. 32, 1 sem. 2012, p. 11-27

DEL VALLE, J. *Lengua, patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico.* In: DEL VALLE, J. **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español.** Vervuert: Iberoamericana, 2007, p. 32-54.

Recebido em: 23/12/2020

Aprovado em: 19/02/2021